


PARA UMA MULTIPLICAÇÃO DOS IMAGINÁRIOS E DAS FORMAS DE FAZER ECONOMIA: A EXPERIÊNCIA DO COLMEIA - GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG
TOWARDS A MULTIPLICATION OF THE IMAGINARY AND THE FORMS OF DOING ECONOMY: THE EXPERIENCE OF COLMEIA –GROUP OF STUDIES, RESEARCH AND EXTENSION IN POPULAR AND SOLIDARITY ECONOMY OF FACE/UFMG
POR UNA MULTIPLICACIÓN DE LO IMAGINARIO Y DE LAS FORMAS DE HACER ECONOMÍA: LA EXPERIENCIA DEL COLMEIA - GRUPO DE ESTUDIOS, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA DE FACE/UFMG

Bruno Siqueira FERNANDES¹

Sibelle Cornélio DINIZ²

Resumo: A teoria econômica dominante mantém invisibilizado e sub documentado um conjunto de práticas econômicas que não se baseiam nos princípios com que opera a economia capitalista. Essas práticas têm como objetivo a reprodução ampliada da vida do grupo ou coletivo envolvido, enquanto o imperativo de acumulação e lucro permanece subsumido. Em diversos casos, é possível vislumbrar laços de solidariedade e reciprocidade que apontam para processos políticos e emancipatórios que se consolidam pela organização desses grupos em associações e cooperativas. O desinteresse da ciência econômica por essas práticas, na maioria das vezes resumidas em termos como economia informal, contribui para a manutenção de um regime de visibilidade que restringe a elaboração de políticas públicas voltadas para esse setor. O artigo propõe uma reflexão sobre essas práticas a partir da experiência do Colmeia - Grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia popular e solidária da FACE/UFMG - que tem como princípio orientador a expansão do imaginário econômico sobre tais iniciativas. Ao longo dos anos, as atividades desempenhadas pelo grupo se mostraram relevantes na construção de ferramentas teóricas, empíricas e metodológicas para a visibilização das chamadas outras economias, e que serão apresentadas e discutidas ao longo do texto.

Palavras-chave: outras economias, economia popular, economia solidária, extensão universitária.

¹ Doutorando do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Email: brunosiqfer@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-5614-4834>

² Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Email: sibelle.diniz@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-3183-3588>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p117-136>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

A noção de economia passou historicamente por uma transformação nas suas formas de representação. Inicialmente associada à ideia de gestão ou governo da casa e do território comum (*Oikonomia*), passou, durante a ascensão do mercantilismo e, posteriormente, na consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico, a representar um fenômeno social e um conjunto de ideias fundamentalmente conectadas à economia de mercado. A ideia de que haveria no ser humano – o *homo economicus* – uma tendência natural para a troca, a barganha e o lucro, fez com que o mercado se consolidasse como expressão supostamente natural e acabada dessa tendência imanente em cada indivíduo. Essa concepção que associa mercado e economia de maneira intrínseca contribui até hoje para a invisibilidade de um conjunto amplo de práticas econômicas que não se baseiam unicamente nos mecanismos de mercado (preço, lucro e acumulação) e/ou que são orientadas por outros imperativos e motivações.

O recente resgate da pesquisa de Karl Polanyi (2011) tem sido um dos principais motores da discussão que se coloca atualmente em torno das “outras economias”. Ao mostrar que a economia de mercado é apenas a expressão de uma “estrutura institucional” que tem seu início bem delimitado no curso da história, Polanyi permitiu uma melhor compreensão das interações entre diferentes modos de integração econômica, para além do mercado. Nessa leitura, as trocas, monetárias ou não, deixam de ser elementos propriamente capitalistas ou proto-capitalistas e passam a ser a expressão de diferentes princípios de comportamento econômico ao longo da história - como a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição.

Essas formulações nos colocam na esteira dos estudos do coletivo de geógrafas Gibson-Graham acerca das chamadas *economias diversas* (GIBSON-GRAHAM, 2002a, 2002b, 2006, 2019a, 2019b, GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020). A ideia de economias diversas busca simultaneamente: i) demonstrar como a continuidade do modo de produção capitalista é amparada, em grande medida, em um efeito performativo do discurso econômico hegemônico, que mantém o capitalismo como único modelo credível e viável de economia para o mundo; e ii) mobilizar um esforço coletivo em torno da criação de uma linguagem e de um discurso comum para a *diferença econômica*, capaz de multiplicar os imaginários alternativos e possíveis de uma outra economia.

O coletivo Gibson-Graham vem sistematicamente demonstrando que os adjetivos e as formas discursivas utilizadas para descrever as práticas econômicas capitalistas são elas mesmas responsáveis por fazer com que o capitalismo *apareça* como modo de produção ubíquo, hegemônico, pervasivo e incontornável. Nesse sentido, a permanência do capitalismo como modo de produção dominante parece ser paradoxalmente celebrada justamente por aqueles que pretendem destruí-lo, na medida em que, para descrever sua dinâmica, acabam por atribuir a este uma miríade de adjetivos e qualidades que o faz parecer *realmente* indestrutível – “concepções sociais organicistas, narrativas históricas heróicas, cenários evolucionários de desenvolvimento social, e modos de pensar

essencialistas, falocêntricos e binaristas” (GIBSON-GRAHAM, 2019b, p. 33, tradução nossa).

O poder desse tipo de procedimento de valorização/desvalorização discursiva toma proporções reais e materiais na medida em que a (re)produção de enunciados deste tipo acaba por permitir “que certas atividades sejam destacadas e, portanto, valorizadas, e outras tornadas menos visíveis” (GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020, p. 1). Trata-se, mesmo, de uma redução do campo da experiência possível, ou aquilo a que Boaventura de Sousa Santos se referiu como a *razão indolente* – i.e. o modo como o próprio discurso capitalista produz ativamente o não-existente e o qualifica como “uma alternativa não credível ao que existe” (SANTOS, 2002, p. 246). A capacidade do discurso de produzir realidade, ou mesmo de invisibilizar certos conjuntos de práticas enquanto ilumina outras, adquire no discurso econômico o efeito real de impossibilitar o imaginário de uma economia alternativa ao modelo hegemônico.

Mesmo ao investigarmos as práticas que recaem sobre a classificação ‘capitalista’, percebemos com frequência a transformação, a adesão e a contestação dos princípios estruturantes do capitalismo quando em contato com o substrato real e efetivo das atividades e interações. De tal maneira que não apenas seria impossível encontrar um Capitalismo (com C maiúsculo) entre essas práticas. O próprio Capitalismo seria, ele mesmo, uma economia sem sujeitos reais. Assim, não queremos dizer que o capitalismo não existe ou que não exista uma racionalidade capitalista entre os sujeitos, mas, sim, que o capitalismo se define menos como um *objeto* palpável, bem estruturado, com contornos bem definidos, e mais como um campo ou um *continuum* de práticas econômicas que se articulam e se distanciam mais ou menos daquilo que se imagina ser a prática ou a racionalidade capitalista. A necessidade de combater o fetichismo ou a reificação do capitalismo é consonante com os esforços de ampliação das formas de representação das diversas práticas econômicas. Ao desfetichizarmos a noção de economia e ou de capitalismo, abrimos a possibilidade de eclodir as dicotomias tradicionais – Capitalista/Não-capitalista, Moderno/Atrasado, Formal/Informal, entre outras – e investigar as multiplicidades que antes eram recobertas pela imagem de mera não-identidade à suposta hegemonia do primeiro termo.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um panorama das atividades desenvolvidas no âmbito do *Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG* e nossas tentativas de formar um quadro de referência para pensar, identificar e interagir com a diferença econômica. As atividades do grupo se baseiam na construção de uma agenda de formações e espaços comuns dentro e fora da Universidade, em conjunto com os produtores da economia popular e solidária atuantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Em termos formais, o grupo se estrutura como um programa de extensão universitária, e suas ações são organizadas como projetos de longa e de curta duração. Desde 2014, foram desenvolvidos 7 projetos, ligados à realização

de feiras no campus da Universidade e assessoria a empreendimentos econômicos populares por meio da construção de diagnósticos, de materiais e atividades de suporte aos produtores. Mais de 20 estudantes de graduação e pós-graduação já passaram pelo grupo, além de 3 professores e outros docentes e técnicos colaboradores³.

O artigo busca apresentar um relato das experiências do Colmeia, destacando as metodologias adotadas nos projetos desenvolvidos e os resultados obtidos. Ao longo dos 7 anos de existência do grupo, buscamos criar uma interseção entre pesquisa acadêmica, prática extensionista e formação de estudantes, pesquisadores e professores do campo das ciências sociais aplicadas com um olhar distinto para os fenômenos econômicos, não apenas abrindo mão de pensar as experiências econômicas diversas como simples variações do capitalismo, como, também, levando a sério a possibilidade de outros modos de integração para além do mercado e de outras racionalidades para além da busca pela acumulação e pelo lucro. A experiência do grupo nos mostra que a formação teórica e extensionista é fundamental para a constituição de um outro imaginário da economia e também para o acolhimento das histórias dos sujeitos que chegam à universidade como ponto de partida para se (re)pensar a economia.

Na primeira seção, apresentamos o arcabouço teórico que orienta as atividades do grupo, em particular as ideias de Outras Economias e de Economias Diversas. Na segunda seção, discutimos a experiência do grupo Colmeia a partir de algumas das falas ouvidas ao longo da trajetória do grupo. Três falas são mobilizadas para tratar de questões pertinentes que dizem respeito ao lugar e a importância da discussão sobre outras economias no espaço universitário. Por fim, na última seção, tecemos algumas considerações finais a respeito do grupo e da pertinência de suas atividades, a partir dos exemplos mencionados na seção anterior.

OUTRAS ECONOMIAS/ECONOMIAS DIVERSAS

A noção de *economia popular* surge no fim do século XX para colocar em xeque as leituras econômicas convencionais sobre o fenômeno da “economia informal”. A necessidade de (re)conceituação de uma miríade de práticas subsumidas pela noção de informalidade decorre, em grande medida, da insuficiência do arcabouço teórico *mainstream* em explicar a persistência, a funcionalidade e a dinâmica interna desse setor de atividades. A economia popular é abordada pelos teóricos latino-americanos a partir de diversas denominações, como “economia popular urbana”, “organizações econômicas populares”, “economia dos setores populares” e “polo marginal”⁴, embora em todos os casos os termos se refiram às atividades econômicas concentradas no chamado circuito inferior da economia urbana (DINIZ, 2016).

³ Informações sobre o grupo, seus projetos e produções podem ser acessadas em <https://colmeiasolidariaufmg.wordpress.com/>

⁴ A esse respeito, ver Fernandes e Diniz (2018).

A ideia de circuito inferior, tributária da obra do geógrafo brasileiro Milton Santos (2008), chama atenção para como o processo de modernização seletiva, incompleta e disforme funda nas economias urbanas periféricas uma divisão entre diferentes circuitos (ou sistemas) econômicos. De um lado, um circuito superior, mais articulado com os processos de modernização e industrialização, que se projeta para fora da região, em conexão aos mercados internacionais, e passa a operar sob o comando dos imperativos do capital de acumulação e competição. De outro, um circuito inferior, incorporado de maneira desigual no processo de modernização, intensivo em trabalho e predominante entre os setores e as classes populares, que se orienta para o atendimento de demandas locais e regionais, mas em articulação intrínseca ao circuito superior.

No Chile, Luis Razeto (1983) nota a presença de uma série de atividades que poderiam ser enquadradas no conceito de *economia popular* - empresas associativas, cooperativas e autogeridas por trabalhadores; ambulantes, catadores e comerciantes informais; pequenas empresas e negócios familiares e individuais; soluções emergenciais como mutirões, coletivos de ajuda mútua; entre outros. Essas atividades, desempenhadas entre indivíduos dos setores e das classes populares, surgiram como resposta à dilapidação do mundo do trabalho e como busca por uma saída coletiva das formas capitalistas de sobrevivência. Assim, em muitas dessas atividades, é possível observar a subordinação do imperativo de lucro e acumulação a outros valores, como a solidariedade e a reciprocidade, orientadas para a reprodução coletiva da vida⁵.

Coraggio (1994, 2000, 2003, 2009) compartilha do mesmo diagnóstico e observa que nas economias latino-americanas o processo incompleto de modernização e de entrada no modo de produção capitalista fez com que outros modos de integração econômica permanecessem operantes nessas economias. O autor mobiliza a noção de *economia mista* para denotar o modo como nos três grandes setores da economia nos países latino-americanos - a economia pública, a economia empresarial-privada e a economia popular - persistem formas de *solidariedade*. Dessa forma, mesmo nas relações estatais ou no setor empresarial dessas economias, onde os imperativos de mercado atuam com maior força, as práticas ainda seriam perpassadas por um senso de solidariedade que contrasta diretamente com a lógica de acumulação capitalista.

A economia popular, no entanto, seria, para Coraggio (2012a), espaço privilegiado onde essas relações de solidariedade podem tomar um caráter emancipatório e político. A unidade doméstica, enquanto célula da economia popular, seria o local onde os imperativos de acumulação e de lucro estão subordinados às relações de reciprocidade e de reprodução. Sendo assim, a economia popular seria o terreno de onde emergem formas efetivas e concretas de contestação do modo de produção capitalista, a partir da politização das classes populares em torno da questão do trabalho.

⁵ Sobre as relações de reciprocidade e de comunidade como elemento fundamental do polo marginal, ver Quijano (1998).

Se, como vimos na introdução deste texto, o mercado não é o único modo de integração econômica possível e, se os sistemas econômicos podem ser compreendidos, a partir de Polanyi (2011), como instituições constituídas histórica e socialmente ou, como propõe Coraggio (2013), como construções sociopolíticas, a existência de um setor da economia onde outros modos de integração (reciprocidade, domesticidade e redistribuição) e outras relações sociais (comunidade e reprodução coletiva) persistem aponta para a possibilidade concreta de uma outra economia. As alternativas podem e devem, nesse caso, ser pensadas como já existentes, na medida em que essas práticas já operam de maneira contrária à lógica capitalista⁶.

A noção de *outras economias* deriva, portanto, da observação concreta de outras formas de se fazer e de pensar a economia, formas essas já existentes, principalmente entre as classes populares. O pronome *outro* sugere a possibilidade de se pensar um conjunto de práticas econômicas alternativas ao modelo majoritário. No *Dicionário Internacional da Outra Economia* (CATTANI *et al*, 2009), o conceito remete a um conjunto de princípios orientadores que são encontrados em maior ou menor grau em diferentes atividades da economia popular: a solidariedade, a sustentabilidade, a inclusão e a emancipação social. Já o conceito de *economias diversas*, sugerido pelo coletivo Gibson-Graham, evoca o mesmo tipo de agenda política que o de *outra economia*: de um lado, a contestação do *Capitalocentrismo*, entendido como a “[...] representação hegemônica de todas as atividades econômicas em termos de sua relação com o capitalismo” (GIBSON-GRAHAM, 2019a, p. 02, tradução nossa); e, de outro, a criação de uma nova linguagem econômica para tratar das práticas econômicas em sua diversidade e heterogeneidade próprias⁷.

Dos pontos apresentados anteriormente, deriva uma preocupação comum de entender como a pesquisa e as práticas acadêmicas podem *performar* uma alteração real na representação da economia. Essa posição coloca o pesquisador, o aluno, o professor, o extensionista e os demais membros do corpo acadêmico em uma posição de disputa política em torno da produção dos sentidos sobre as práticas econômicas e do discurso disciplinar sobre as Ciências Econômicas. A necessidade de tornar explícita a pluralidade e a heterogeneidade de práticas que compõem os modos de fazer economia é acompanhada de um processo de visibilização dessas práticas e de um deslocamento do local privilegiado de enunciação que o capitalismo possui no discurso econômico em favor das práticas *mais que* ou *outra que* capitalistas. Na seção seguinte, apresentamos a experiência do grupo Colmeia e as estratégias de ensino, pesquisa e extensão empregadas para uma expansão do imaginário econômico.

⁶ Como argumenta Coraggio (2012b, p. 02, tradução nossa), “não há uma realidade econômica necessária à qual se deve adaptar-se ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias sempre são possíveis”.

⁷ Nesse paradigma de pensamento, o capitalismo deixa de ser a grande identidade à partir da qual às demais práticas seriam comparadas e (des)valorizadas – “usamos capitalista como um adjetivo que descreve *uma versão particular* de uma prática [econômica]”, desconstruindo uma visão fixa e monolítica do capital e do mercado como única forma de integração econômica (GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020, p. 06, tradução e grifos nossos).

A EXPERIÊNCIA DO GRUPO COLMEIA

Fala 1: “A feira é muito mais que vendas, é socialização, é terapia, é irmandade, é carinho, é troca de experiência e amor”, da produtora da economia popular solidária, via chat, em um dos encontros virtuais promovidos pelo Colmeia em 2021.

A Feira de Economia Popular e Solidária – EPS - da Face/UFMG é um projeto de longa duração do Colmeia. Até 2019, a feira ocorria mensalmente no hall do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, das 7 às 19 horas, e contava com 10 a 12 produtores em cada edição (Figuras 1 a 4). Em função da pandemia de covid-19, a feira foi interrompida entre janeiro de 2020, retornando ao prédio da Face em março de 2022.

A gestão da Feira é realizada pelos integrantes do Colmeia em conjunto com 4 empreendimentos previamente selecionados para compor um grupo fixo, que participa da organização de todas as feiras desde suas primeiras edições, em 2015. O grupo participa ativamente do processo de seleção de empreendimentos, da organização do cronograma semestral de feiras, da definição dos temas das atividades formativas e das decisões sobre divulgação e sobre organização da estrutura física da feira. O grupo fixo também se propôs a criar um fundo coletivo para financiar ações específicas do Projeto.

A Feira conta com empreendimentos das áreas de Alimentação Agroecológica, Confeções, Artesanato, Higiene e Limpeza (cosmética natural) e Mudanças e Sementes. Para selecionar os empreendimentos, foram definidos critérios de classificação/desclassificação e critérios de priorização. Para participação/classificação, os empreendimentos devem possuir as seguintes características: i) participar de fóruns, grupos e/ou redes de Economia Popular e Solidária ou Agroecologia (ou, para os que não participam, demonstrar interesse de participar de atividades formativas no tema⁸); ii) possuir sede na Região Metropolitana de Belo Horizonte, território-alvo do projeto; iii) no caso dos alimentos, estar alinhado à discussão da agroecologia e/ou da produção orgânica; iv) a maior parte dos produtos devem ser produzidos pelo próprio grupo, ou seja, os empreendimentos não podem atuar como atravessadores ou revendedores. São priorizados os empreendimentos: i) que sejam formados por mais de 3 pessoas; ii) em que as mulheres compõem mais de 50% do pessoal envolvido. Todos esses critérios foram elaborados em parceria com o grupo fixo de produtores.

⁸ A inclusão de empreendimentos não participantes do movimento da economia popular solidária foi proposta pelos produtores do grupo fixo, que entendem a Feira também como um espaço de divulgação da EPS para outros empreendedores e para a comunidade em geral.

Figuras 1 a 4. Imagens da Feira de Economia Popular e Solidária da Face/UFMG.





Fonte: Acervo do Grupo Colmeia (2019).

As edições das feiras são acompanhadas de rodas de conversa envolvendo os feirantes e a comunidade universitária, que ocorrem no mesmo espaço onde ocorre a feira. Nos debates, os produtores compartilham suas vivências e saberes e tratam de temas como: histórico da economia solidária no Brasil, gargalos e potencialidades da EPS, agroecologia, moedas sociais, entre outros. Em conjunto com o grupo fixo de empreendimentos, foi produzido um banner para divulgação nas áreas interna e externa do prédio, sorteios de cestas de produtos e programação musical durante os intervalos de aula (Figura 5).

Em 2019, foram realizadas 10 feiras, com periodicidade mensal, que contaram com a participação de mais de 40 empreendimentos. Os produtores eram, em sua maioria, mulheres negras, que declararam as feiras como principal ou única fonte de comercialização de seus produtos. A maior parte dos produtores declarou ter relações de troca e solidariedade com outros empreendimentos da EPS e cerca de um terço declarou vínculo com outros movimentos sociais: Agroecologia Urbana, Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Movimento Feminista, Movimento Negro, Cio da Terra (Grupo de mulheres imigrantes), Lixo Zero, Moradia popular, Movimento Saberes Tradicionais e movimentos ligados às ocupações urbanas em BH e Região Metropolitana.

Figura 5. Banner de divulgação da Feira de EPS da Face/UFMG, elaborado a partir de iniciativa do grupo fixo de empreendimentos.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia (2019).

Em função da pandemia de Covid-19, as atividades presenciais do projeto da Feira foram interrompidas em março de 2020, e suas ações migraram para as redes sociais e plataformas digitais. A partir de diagnóstico realizado em 2020, baseado num questionário aplicado aos produtores via Google Formulários, iniciamos a elaboração e a publicação de conteúdos semanais de apoio à comercialização não presencial durante o distanciamento social. Esse conteúdo foi divulgado aos produtores através do Instagram e de uma lista de transmissão no WhatsApp. Nas postagens, incluímos temas como a importância de (e como criar) um e-mail próprio e uma identidade visual para o empreendimento. Além disso, abordamos os recursos de plataformas como o Instagram e o Canva. Mesclamos nossas postagens no formato de vídeos e fotos, segundo demanda dos produtores. Criamos um livreto virtual com base nesses posts⁹, que obteve aproximadamente 80 downloads. Elaboramos, ainda, catálogos de divulgação dos produtos. O último catálogo produzido em 2021, com tema natalino, obteve mais de 500 downloads¹⁰.

Em um encontro virtual com os produtores, realizado em março de 2021, o retorno com relação ao material disponibilizado foi positivo, embora o resultado, em termos de vendas, não tenha sido mensurado. Nessa ocasião, percebemos a demanda por outros momentos síncronos de diálogo e de troca de experiências. Com base nisso,

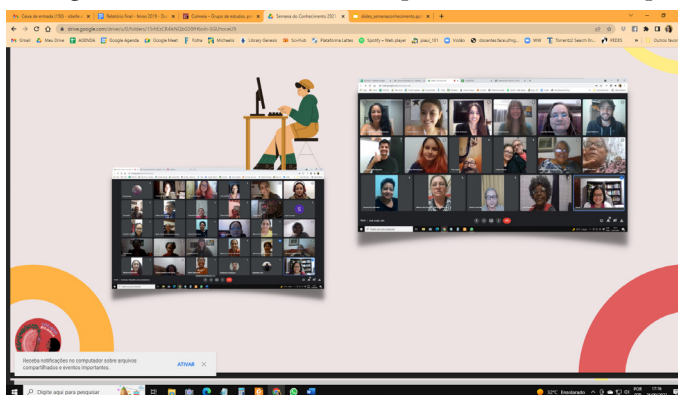
⁹ O Livreto com Dicas para a Comercialização Virtual pode ser acessado no *blog* do Colmeia. Link: <https://colmeiasolidariaufmg.files.wordpress.com/2021/04/livreto-com-dicas-para-comercializacao-virtual.pdf>

¹⁰ O Catálogo de Natal da EPS e Agroecologia pode ser acessado no *blog* do Colmeia. Link: <https://colmeiasolidariaufmg.files.wordpress.com/2021/12/catalogo-de-natal-eps-agroecologia-2021.pdf>. Os demais catálogos produzidos ao longo da pandemia também podem ser encontrados no blog.

realizamos 3 encontros virtuais, entre junho e agosto de 2021. Para esses encontros, foram convidados produtores que compartilharam suas experiências durante a pandemia. Os encontros contaram com, respectivamente, 50, 13 e 29 produtores (Figura 6).

Em um desses encontros, ocorreu a fala da participante citada no início desta seção. Em um momento em que nós, acadêmicos, discutíamos a necessidade de geração de renda para os produtores e buscávamos encontrar soluções imediatas para a queda de suas receitas devido à interrupção das feiras presenciais, os produtores nos lembraram da complexidade da racionalidade que move suas escolhas e a rotina de seus empreendimentos. A fala da produtora se mesclou com outras diversas, que ressaltaram a falta do contato durante as feiras como um dos principais danos trazidos pela pandemia, resultando, inclusive, em perda de auto estima dos produtores.

Figura 6. Registro de reunião online com produtores durante a pandemia.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia (2021).

Para os produtores, muito mais que um espaço de comercialização e geração de renda, a feira é um lugar de encontros, de troca e de afeto. Essa leitura converge com diversas das leituras apresentadas na seção anterior. O princípio de acumulação que opera no modo de produção capitalista não age de forma autônoma nas outras economias, uma vez que estas são orientadas por um imperativo de reprodução ampliada da vida (CORAGGIO, 2013) e se apoiam sobre o mercado para a efetivação de suas necessidades reprodutivas, e não para garantia de lucro. Nas feiras organizadas pelo grupo, essas outras relações de integração (como a reciprocidade) ocorrem com frequência. São observadas, nessas ocasiões, permuta de produtos entre os empreendimentos participantes, bem como trocas de informações e de conhecimentos sobre processos produtivos, formas de embalagem, locais de compra de insumos, relacionamento com consumidores, etc.

A partir da fala ressaltada nesta seção, podemos, ainda, resgatar Polanyi (2011) e entender as outras economias como contra movimentos às tendências capitalistas de mercadificação do trabalho e da natureza. As relações de trabalho são compreendidas

como muito mais que processos de produção e comercialização de mercadorias e de serviços. Este ponto é observado, por exemplo, nas relações de afeto estabelecidas entre os produtores e a equipe de estudantes e professores do Colmeia. São frequentes as doações de produtos para os(as) bolsistas que auxiliam a organização da feira, convites para conhecer suas casas e seus locais de produção, entre outros inúmeros gestos de acolhimento e generosidade com a comunidade acadêmica em geral.

Fala 2: “Mas, professora, você tem certeza de que isso existe mesmo? Digo, uma economia baseada em solidariedade. Eu nunca ouvi falar disso. Você já viu essas pessoas?!”, de estudante de graduação, durante a primeira aula de disciplina de formação em extensão universitária promovida pelo Colmeia, em 2019.

Outra das frentes de atuação do Colmeia é a do ensino em interface com a extensão. Nas disciplinas ofertadas pelos professores do grupo, além da formação teórica sobre as outras economias, os estudantes são instigados a desenvolver atividades em conjunto com os produtores participantes das feiras. Esses trabalhos partem de um diagnóstico de compreensão do empreendimento, de sua relação com a economia popular e solidária e de suas principais demandas, dificuldades e gargalos. Em seguida, os estudantes construíam, junto aos produtores, algumas soluções para as questões apontadas (Figuras 7 e 8). Algumas das atividades desenvolvidas nessas disciplinas foram: criação de sites para os empreendimentos¹¹, organização de materiais e minicursos sobre gestão financeira¹² e uso de redes sociais¹³, produção de fotos e vídeos para as redes sociais dos empreendimentos e sugestões para a criação de logomarca.

¹¹ Um dos sites criados pelos estudantes foi o do empreendimento Filtre Natural: <https://filtrenatural.wixsite.com/filtre>

¹² O minicurso sobre gestão financeira buscou apresentar técnicas básicas e aplicadas de controle do fluxo de caixa, estoque e algumas noções de precificação. O objetivo central era familiarizar os produtores e produtoras com alguns instrumentos úteis para a gestão financeira, como o Excel ou, em alguns casos, uma caderneta impressa. Os materiais utilizados foram elaborados pelos alunos participantes, a partir de referências dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas.

¹³ Neste caso, foi elaborado, pelos estudantes, um roteiro de uso de redes sociais pelos empreendimentos.

Figuras 7 e 8. Interação entre estudantes e produtores durante disciplina ofertada no primeiro semestre de 2018.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia (2018).

Tal aproximação, no entanto, não se dá sem estranhamentos. A fala transcrita acima revela a perplexidade de um estudante diante da ideia de uma economia baseada em solidariedade. Tal compreensão decorre de uma leitura dos processos econômicos dominada pelo discurso capitalocêntrico (GIBSON-GRAHAM, 2019b), discutida na primeira seção deste texto.

É fato que, para além de se configurarem como utopias, as outras economias já acontecem, mas são muitas vezes invisibilizadas pelas nossas lentes teóricas, acadêmicas,

pelas estatísticas e pesquisas oficiais, pelas narrativas das políticas públicas e as narrativas midiáticas que nos cercam. Os movimentos sociais organizados no Brasil em torno da economia solidária e da agroecologia são alguns dos exemplos da existência dessas outras formas de organização econômica. O que buscam as obras de Coraggio, Paul Singer, Luis Razeto, entre outros, é demarcar a ideia de que as outras economias são e sempre foram responsáveis pela reprodução de um conjunto muito significativo de trabalhadores, especialmente no Sul global, na América Latina e no Brasil, e principalmente quando falamos das classes populares.

Entretanto, sobretudo no âmbito acadêmico, o discurso capitalocêntrico (GIBSON-GRAHAM, 2019b) limita os imaginários sobre o que significa fazer economia e contribui para uma redução do campo de experiências possíveis (SOUSA SANTOS, 2002). Nos cursos de graduação e pós-graduação, os estudantes são apresentados a esse discurso pelos mais diversos matizes da teoria econômica, naturalizando-o ao longo de seu processo formativo. Nesse sentido, o trabalho do grupo Colmeia busca potencializar outros discursos econômicos a partir da prática extensionista e da ocupação do espaço comum da Faculdade com atores, produtos e interações da EPS.

O contato dos estudantes com produtores que se baseiam em princípios de organização econômica para além da acumulação e do lucro é, nesse sentido, fundamental para se (re)pensar a economia (a existente e a possível). Em outras palavras, o trabalho de *formação para a outra economia* se coloca como crucial. Essa formação ocorre na sala de aula, mas, sobretudo, em outros espaços não formais de educação, como as feiras, e em outros locais, fora da Universidade, que abrigam experiências da economia popular e solidária¹⁴.

Fala 3: “Estava prestes a deixar o curso de Ciências Econômicas quando iniciei na extensão universitária. A partir da minha vivência como extensionista, passei a entender a minha realidade e a realidade de pessoas da minha família que não eram representadas nos modelos tradicionais da Economia”, de estudante integrante do Colmeia, durante apresentação das atividades do grupo em Seminário, em 2019.

Enquanto parte do fazer universitário, a extensão é contemplada no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Aparece, ainda, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no artigo 46, parágrafo 7, que estabelece que as instituições de ensino superior deverão “promover a extensão, aberta

¹⁴ Ver, no link abaixo, texto de homenagem a um dos produtores participantes das feiras, elaborado por estudantes da disciplina de formação em extensão universitária ofertada em 2018: <https://colmeiasolidariaufmg.wordpress.com/2018/10/22/homenagem-a-miguel/>

à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

No entanto, a escassez de incentivos institucionais à extensão universitária resulta em uma prática que é realizada pela minoria da comunidade acadêmica. A atuação do extensionista é vista, por vezes, por um viés pejorativo de uma prática “messiânica” realizada por “militantes” ou por “aqueles professores que não fazem pesquisa” (MACIEL, 2011). O contexto institucional, bem como a polissemia de vozes em torno da extensão, contribui ainda para a baixa compreensão e assimilação de suas atividades. Some-se a isso a exigência de uma postura intelectual, por parte do extensionista, aberta à inter e transdisciplinaridade, ao diálogo e à alteridade (PAULA, 2013), postura pouco comum na comunidade acadêmica.

A leitura contemporânea da extensão universitária requer um olhar diferenciado sobre as relações entre pesquisa e extensão. A noção de que o conhecimento deve ser inicialmente produzido (nas universidades e centros de pesquisa) para então ser difundido (ou estendido) à comunidade não acadêmica vem perdendo espaço em nossos contextos. Ao contrário, deve-se tratar a extensão, assim como a pesquisa, como um processo de construção social de conhecimento, que envolve – necessariamente – os atores não acadêmicos. Nas ações de extensão, a transferência de conhecimento “de cima para baixo” é inoperante, uma vez que o conhecimento necessário para a ação é compartilhado com atores com visões e habilidades distintas. Ou seja, o conhecimento, nas atividades de extensão, deve ser coconstruído (THIOLLENT, 2002). Fica aqui a provocação: Não poderíamos dizer o mesmo a respeito das atividades de pesquisa?

No Colmeia, insistimos na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, entendendo que cada uma dessas esferas deve se imbricar, progressivamente, nas demais, constituindo assim um fazer acadêmico mais condizente com a realidade contemporânea e com as demandas e necessidades das comunidades e, mesmo, das novas gerações de estudantes. Ressaltamos, ainda, a possibilidade de a extensão se colocar como eixo estruturante desse fazer, atuando como propulsora de ações inovadoras no âmbito da pesquisa e também do ensino.

Para Siveres (2013), a aprendizagem deve ser entendida como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão, pois permite e dá continuidade às articulações entre teoria e prática e à integração entre universidade e sociedade. Segundo o autor, a extensão permite ressignificar o tempo de aprendizagem, para além do tempo formal estabelecido nas matrizes curriculares ou em períodos determinados de desenvolvimento de uma pesquisa. Permite, ainda, ampliar o espaço ou as espacialidades de aprendizagem, para além das salas de aula, bibliotecas e laboratórios, considerando as comunidades, os espaços culturais, os espaços das organizações sociais, como lugares complementares e amplificadores da aprendizagem. O processo de aprendizagem na extensão permite ainda superar a dualidade sujeito-objeto e as visões disciplinares, abrindo espaço para dinâmicas e metodologias de aprendizagem não lineares.

Outra dimensão relevante das práticas de extensão é a divulgação de ideias críticas sobre os dogmas existentes, por meio da denúncia de interesses, conflitos, discriminação, dominação, etc. Isso permite às ações extensionistas assumir um propósito emancipatório, possibilitando às camadas desfavorecidas condições de construir conhecimentos novos, em termos de conteúdos, formas e usos (THIOLLENT, 2002). Do ponto de vista do extensionista, essa atuação pode permitir ainda o encontro com formas de produção de conhecimento e com saberes mais próximos de suas ancestralidades e de suas realidades familiares, possibilitando, assim, uma ressignificação do próprio espaço universitário e de suas possibilidades, e dando sentido à formação acadêmica (Figura 9). Esta é a realidade de boa parte dos estudantes e professores que passaram e que passam pelo Colmeia, ilustrada na fala que inicia esta seção. Ao invés do descarte do conhecimento e dos saberes populares em nome de um saber científico de caráter supostamente superior, as ações de extensão podem ressignificar a produção do conhecimento em sua verdadeira face plural, múltipla e heterogênea.

Figura 9. Integrantes do Colmeia e produtores da Feira de EPS da Face/UFMG



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir a experiência do grupo Colmeia, que nos últimos 7 anos vem atuando na criação de uma interseção entre pesquisa acadêmica, prática extensionista e formação de estudantes, com foco nas “outras economias”. As metodologias construídas pelo grupo têm como objetivo principal ampliar o olhar dos envolvidos a respeito das práticas econômicas, favorecendo a constituição de um outro imaginário sobre a economia e, conseqüentemente, de novas formas de compreensão, identificação e interação com seus atores.

As feiras realizadas pelo grupo são entendidas progressivamente, tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos produtores envolvidos, como mais que espaços de comercialização. Configuram-se, principalmente, como lugares de troca de experiências

e de afetos e de coprodução de conhecimentos. A presença dos produtores da EPS na Faculdade de Ciências Econômicas produz, por si só, um efeito de deslocamento no imaginário do seu corpo discente, docente e técnico-administrativo. O contraste entre aquilo que se imagina como economia - firmas, salários, mercado, lucro, entre outros - e aquilo que se apresenta como economias concretas baseadas em solidariedade, afeto, preocupação ambiental, construção política, entre outros aspectos, coloca em tensão as teorias hegemônicas e performa uma transformação da imagem da(s) economia(a) realmente existente(a).

As outras economias – as vivenciadas e as compreendidas, mapeadas e estudadas - vêm se expandindo consideravelmente, especialmente em função da multiplicação e do agravamento das crises sociais, econômicas e ecológicas. Como discutido ao longo do artigo, essas economias já existem e sempre existiram, mas são desfavorecidas pelo regime de visibilidade inaugurado pelo capital e pelo discurso econômico dominante. A prática extensionista, aliada às práticas de pesquisa e ensino, contribui para a visibilização dessas outras formas de se fazer economia e para uma multiplicação do imaginário de alternativas possíveis ao capitalismo.

A trajetória do grupo Colmeia, apresentada neste artigo, reflete um esforço coletivo de professores, pesquisadores e alunos de estabelecer novas formas de compreensão e de interação com os atores das outras economias. Os relatos dos participantes demonstram que as atividades do grupo contribuíram e contribuem para o entendimento dos limites das teorias econômicas prevaletentes. Permitem, ainda, transformar a compreensão da economia como realidade prática, e expandir as possibilidades de incorporação das trajetórias e histórias pessoais na vida acadêmica.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. Towards a multiplication of the imaginary and the forms of doing economy: the experience of colmeia –Group of studies, research and extension in popular and solidarity economy of FACE/UFMG . *ORG & DEMO* (Marília), v. 23, n. 1, p. 117-136, Jan./Jun., 2022.

Abstract: The dominant economic theory keeps invisible and under documented a set of economic practices that are not based on the principles with which the capitalist economy operates. These practices aim at the expanded reproduction of the life of the group or collective involved, while the imperative of accumulation and profit remains subsumed. In several cases, it is possible to glimpse bonds of solidarity and reciprocity that point to a set of political and emancipatory processes. Economic science's lack of interest in these practices, most often summarized in terms such as informal economy, contributes to the maintenance of a regime of visibility that restricts the elaboration of public policies aimed at this sector. The article proposes a reflection on these practices based on the experience of Colmeia - a Study, Research and Extension Group in Popular and Solidarity Economy at FACE/UFMG - which has as its guiding principle the expansion of the imaginary about economic practices, including the so-called alternatives. Over the years, the activities carried out within the scope of this group have proved to be important theoretical, empirical and methodological tools for the visibility of the so-called other economies and which will be discussed throughout the text.

Keywords: other economies, popular economies, solidarity economy, university extension.

Resúmen: La teoría económica dominante mantiene invisible y subdocumentado un conjunto de prácticas económicas que no se basan en los principios con los que opera la economía capitalista. Estas prácticas apuntan a la reproducción ampliada de la vida del grupo o colectivo involucrado, mientras el imperativo de acumulación y ganancia permanece subsumido. En varios casos, es posible vislumbrar lazos de solidaridad y reciprocidad que apuntan a un conjunto de procesos políticos y emancipatorios. El desinterés de la ciencia económica por estas prácticas, muchas veces resumidas en términos como economía informal, contribuye al mantenimiento de un régimen de visibilidad que restringe la elaboración de políticas públicas dirigidas a este sector. El artículo propone una reflexión sobre estas prácticas a partir de la experiencia de Colmeia - Grupo de Estudios, Investigación y Extensión en Economía Popular y Solidaria de la FACE/UFMG - que tiene como principio rector la ampliación del imaginario sobre las prácticas económicas, incluyéndolas denominadas alternativas. A lo largo de los años, las actividades realizadas en el ámbito de este grupo han demostrado ser importantes herramientas teóricas y metodológicas para la visibilización de las denominadas otraseconomías y que serán discutidas a lo largo del texto.

Palabras claves: otras economías, economía popular, economía solidaria, extensión universitaria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996), artigo 46, parágrafo 7. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14/03/2022.

CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. **Economía urbana: la perspectiva popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS)/Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). In: POLANYI, K. **Textos Escogidos**. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012b.

CORAGGIO, J. L. Las três corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, nov., 2013.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012a.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? **Proposta**, n. 98, set./nov, 2003.

CORAGGIO, J. L. Territorio y economías alternativas. In: **Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional**. visiones, desafíos y propuestas, 1, La Paz, 2009.

DINIZ, S. C. **Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **A diverse economy**: rethinking economy and economic representation. 2019a Disponível em: <http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Beyond global vs. local: economic politics outside the binary frame. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. **Geographies of power**: placing scale, Oxford: Blackwell Publishers, 2002a.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **Economic imaginaries**. 2019b. Disponível em: http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/Venice-gibson-graham.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022. .

GIBSON-GRAHAM, J. K. Poststructural Interventions. In: SHEPPARD, E.; BARNES, T. (orgs) **A Companion to Economic Geography**. Oxford: Blackwell, 2002b.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it)**: a feminist critique of political economy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J.K.; DOMBROSKI, K. **The Handbook of Diverse Economies**. Northampton: Edward Elgar, 2020.

MACIEL, L. R. Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira. **Participação**, n. 18, p. 17-27, dez., 2011.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov., 2013.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

QUIJANO, A. **Economía popular y sus caminos en América Latina**. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

RAZETO, L. *et al.* **Las Organizaciones Económicas Populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out., 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SIVERES, L. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: SIVERES, L. (Org.). **Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Cronos**, v. 3, n. 2, p. 65-71, jul./dez., 2002.

Submetido em: 22/04/2022

Aceito em: 29/06/2022

